

Os Papéis de Alzira Vargas: biografia política de um arquivo pessoal

Letícia Nedel*

Resumo

O trabalho aborda as condições de acumulação, transmissão e circulação do acervo textual reunido por Alzira Vargas do Amaral Peixoto entre as décadas de 1930 e 1980. Identificam-se as injunções que afetam os usos desde acervo no período em que se manteve em ambiente privado e depois de sua passagem ao âmbito institucional, mediante doação e transferência do arquivo pessoal e familiar ao Cpdoc, em 1973, 1975 e 1983.

Palavras-chave: memória, arquivos pessoais, biografia, historiografia

A presente comunicação tem por objetivo refletir sobre as dimensões autobiográfica e estatutária dos arquivos privados, situando as condições de circulação dos acervos documentais em uma perspectiva de análise que contemple, de um lado, as vinculações da trajetória dos arquivos pessoais com a história de vida dos titulares e, de outro, as relações diretas e indiretas que arquivos e titulares/depositários de arquivo mantêm com a esfera de produção historiográfica.

O marco empírico dessa experimentação é circunscrito pelo acervo textual reunido por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Dornelles Vargas, herdeira de seu espólio documental e uma das raras titulares mulheres no universo de arquivos pessoais depositados no Cpdoc/FGV. Doados em 1985, seus papéis contam cerca de quatro mil documentos produzidos em um intervalo de quase meio século, entre as décadas de trinta e oitenta. Como é próprio desse tipo de fundo, seu conteúdo é extremamente diversificado: consta da correspondência ativa e passiva, cadernetas, manuscritos, relatórios, discursos, rascunhos e versões de textos publicados ou não, contas domésticas e balanços financeiros das gestões que desempenhou em organizações filantrópicas, documentos partidários, material de campanha, notas esparsas e recortes de jornais.

Tomados em conjunto, os registros permitem ao analista observar a singular iniciação política de uma mulher especializada na atuação de bastidores, e para quem o desempenho da vida pública foi inseparável dos vínculos familiares. Não fosse em si mesma relevante, a proximidade de Alzira Vargas com os núcleos de poder também redobra o potencial interesse de seu arquivo entre os historiadores e cientistas sociais,

* Professora Adjunta e Pesquisadora do Cpdoc/FGV.

na medida em o situa no prolongamento de outros dois fundos familiares de suma importância – os de Getúlio Vargas e de Ernani do Amaral Peixoto – ambos mantidos, organizados e carregados por ela durante décadas, nas tantas mudanças de residência feitas até a doação, em 1973 e 1975, do material ao Cpdoc.

Vale dizer que Dona Alzira, como até hoje é conhecida entre os funcionários da instituição, era uma arquivista autodidata. E foi tendo em vista o papel definidor de condutas, projetos e sociabilidades adquirido pela atividade arquivística na sua trajetória que se definiram os eixos desta apresentação. O primeiro deles diz respeito ao estatuto biográfico dos arquivos privados pessoais. O segundo eixo resgata a função mediadora desempenhada pelos suportes materiais de memória – em especial os papéis de arquivo – no exercício, pela personagem, de papéis sociais desempenhados dentro e fora – por vezes simultaneamente dentro e fora – do meio familiar.

Creio que esses pontos tocam problemas de primeira grandeza para as pesquisas sobre colecionamento e memória social. Primeiro, porque sugerem que se compreenda a constituição de arquivos pessoais enquanto modalidade específica dos atos biográficos, considerados em suas relações com a esfera pública, ou seja, com a construção de legados (Heymann, 2005). Em segundo lugar, porque levantam a questão da participação dos arquivos na cultura material de uma época e, dentro disso, das mediações estabelecidas por certas categorias de objetos (os “papéis velhos”) na interligação entre agentes e práticas sociais. Finalmente, porque permitem problematizar as potencialidades e limites do uso de registros auto-referenciais pela investigação histórica.

Antes de ingressar nesse último tópico, apontando o contexto em que se fortaleceu o interesse de historiadores sobre as fontes de caráter privado, inicio pelo estatuto arquivístico desses acervos, ressaltando sua especificidade.

**

Se juridicamente os arquivos privados pessoais tiveram seu estatuto definido de forma um tanto frágil e tardia (Ardaillon, 2007), no campo arquivístico (especialmente brasileiro) há também muitas incertezas e pouca bibliografia sobre o assunto. Certamente conta para isso o fato de que o arquivo de Estado venha sendo o mecanismo predominante pelo qual as sociedades liberais modernas manejam a

história e suas relíquias físicas. (Osborne, 1999). Nascida sob a chancela da administração pública, a disciplina arquivística demorou a definir normas específicas para os conjuntos documentais produzidos por pessoas físicas. O conceito de arquivo do Manual dos Arquivistas Holandeses não contemplava nem a questão dos arquivos privados, nem a de arquivos privados pessoais e, não casualmente, hoje restam divergências importantes quanto ao reconhecimento de um estatuto arquivístico para esses acervos. Taxados pela teoria arquivística clássica de “subjetivos”, “artificiais” e “antinaturais”, eles figuram como antítese dos conjuntos supostamente orgânicos, homogêneos e necessários resultantes de atividades administrativas. (Santos, 2008; Gonçalves, 2007; Cook, 1998; Carmargo,)

Para os termos deste trabalho lanço mão da definição de arquivos privados e privados pessoais dada por Heloísa Bellotto, autora que, aparentemente, forneceu a base da definição jurídica: “Arquivos privados são os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuem uma relação orgânica perceptível através de processo de acumulação.” (Bellotto, 2004, p. 255). Já os arquivos privados pessoais são constituídos de “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual [...] de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica [...]” (Bellotto, 2004, p. 256)

A despeito das normatizações técnicas ou legais, entre os profissionais que lidam com acervos documentais privados, os arquivos pessoais são conhecidos por seu caráter particularmente refratário aos procedimentos de padronização inerentes aos atos classificatórios. Isto porque, diferente do que ocorre com arquivos correntes ou no arranjo dos arquivos permanentes de fundos públicos, aqui não é uma entidade, com sua organização interna bem determinada, mas um indivíduo, com seus projetos, interesses, hábitos e, porque não dizer? manias, que funciona como eixo articulador do processo de acumulação. O sujeito da ação de reunir e conservar, seja para qual finalidade for, é a fonte de onde emana a organicidade de seu “papeliório” (Heymann, 1997). E de fato, enquanto em arquivos institucionais privados sabe-se mais ou menos o que encontrar, nos arquivos pessoais a ordem é, quando não a desordem, o inesperado. Como sugeriu Bellotto (2007), o arquivo pessoal herda muitas das

idiossincrasias do titular: constituído entre o que foi conservado por obrigação, prudência, utilidade ou afetividade, ele “contém de tudo”.

O de dona Alzira não foge à regra: contém um tudo que, como é comum nesse tipo de conjunto, prima pela ausência de metadados. Sobram fotos sem legenda, multiplicam-se as notas tomadas nos mais surpreendentes suportes, o reaproveitamento de cartas, cartões de visita e outros papéis para finalidades distintas das originais, os nomes e números escritos à solta, enfim, o rastro documental de um cotidiano que faz a loucura do documentalista, a paixão dos historiadores e o rico anedotário de ambos.

A conclusão é que se, como se referia a titular à sua papelada, um arquivo pessoal pode ser comparável, na quantidade e na desordem de coisas que o compõem, “a uma gaveta de sapateiro”, fica evidente o caráter polissêmico, mutável e subjetivo das ações de ordenamento a que está sujeito já muito antes de passar das mãos dos titulares e/ou herdeiros às dos técnicos responsáveis pelo arranjo definitivo. Para além da intencionalidade subjacente ao ato de guardar papéis entendidos como testemunhos de um passado “a preservar”, a verdade é que nem os doadores detêm um controle estrito sobre a totalidade da documentação que transferem aos cuidados técnicos, nem os técnicos podem supor verdadeira a ilusão de uma ordem original pautada por critérios estáveis e coerentes de classificação – ordem esta que, em tese, seria mantida ou restaurada pelos procedimentos arquivísticos. Assim, por maiores que sejam os cuidados tomados pelo documentalista no sentido de respeitar a proveniência interna e externa do material em questão, ele será sempre um agente fundamental na transformação do documento em fonte – transformação estatutária que ao mesmo tempo legitima e é sancionada pela aplicação de uma racionalidade externa, ou seja, de uma intervenção lógica a implicar no desmonte de um ordenamento autoral preexistente.

Contudo, as dificuldades de lidar com arquivos pessoais derivam não tanto das variações lógicas com que cada titular produz e acumula seus papéis mas, em um nível mais profundo, como frisou Luciana Heymann (2007), “da relação específica que une entidade produtora e arquivo”, ou seja, dos diferentes usos a que material enseja e a que está sujeito. No caso de dona Alzira, como pretendo demonstrar, o valor de uso dos documentos próprios e familiares, especialmente dos registros

produzidos e acumulados por seu pai, está estreitamente vinculado ao exercício de um papel autodelegado: o de guardião “da verdade” sobre a trajetória política de Vargas e da “era” por ele representada. Papel este que foi reconhecido não só por companheiros de geração, mas por acadêmicos do Brasil e do exterior.

.....

Identificar os laços que dona Alzira passou a entreter com a História ao exercer a guarda de um dos mais valorizados supõe, antes, questionar o contexto em que os pesquisadores sociais se viram atraídos pelos arquivos pessoais. No que diz respeito aos historiadores, esse interesse vem de muito tempo, mas a originalidade de suas aplicações aparece como um desdobramento recente do movimento de renovação historiográfica iniciado na Europa e nos EUA há cerca de trinta anos. Apesar do caráter aparentemente fragmentário das tantas “novas” Histórias da atualidade, elas têm em comum essa marca crítica original: o servir-se de fontes antes desprezadas, ou de uso restrito a determinados campos de escrita (como a Literatura, por exemplo), para, alargando os sentidos da noção de documento, relativizar as fronteiras que distinguem as dimensões social, política e cultural da experiência humana, assim como os limites entre as disciplinas que pretendem dar conta das interações entre o real vivido, o imaginado e o racionalizado.

Essa breve retrospectiva historiográfica indica a perspectiva em que serão, aqui, avaliados princípios e conceitos da arquivística relativos a acervos pessoais. Se para a teoria de arquivos o elemento diferenciador desses em relação aos arquivos institucionais reside no processo de acumulação (Belloto, 1991), interessa, neste caso, mais do que o nexos que une o indivíduo produtor e as atividades por ele desempenhadas ao conteúdo documental, os diferentes valores de **uso** adquiridos pelos registros conforme o contexto e o agente encarregado de sua manipulação. De um lado, isso implicará vincular a norma de respeito à ordem original dos documentos à verificação das correlações existentes entre o arranjo “original” – pré-estabelecido pela titular – e a utilidade deste em vista do projeto de vinculação de suas memórias pessoal e familiar à história nacional. De outra parte, implicará supor que a atividade arquivística – seja ela desempenhada pela titular ou pelos profissionais do arquivo – não se reduz à mera conservação de vestígios escritos, sonoros ou visuais. Tampouco o arquivo, enquanto a resultante dessa prática, reflete uma memória

“naturalmente” secretada pelo sujeito acumulador, a ser “capturada” pelo arquivista. Pelo contrário, os arranjos, classificações, enfim, todos os atos que constituem, no limite, uma dada cartografia aos fundos pessoais têm mais a ver com a atualização interessada do passado do que com o congelamento de lembranças. Em outras palavras, a ação de acumular papéis é parte de uma seleção contínua, que implica na construção de um traço identitário manipulável; numa “recomposição de imagens a partir de objetos” (Monjaret, 2005: 55).

Não obstante a evidência dessas injunções para os estudiosos da memória social, e apesar de os arquivos configurarem, entre os historiadores, um verdadeiro rito de iniciação profissional, ainda são raros os estudos sobre esse tipo de acervo.¹ Embora no cenário internacional esta lacuna venha sendo preenchida pelo incremento de análises sobre as condições sociais de acumulação e uso dos acervos textuais privados², na pesquisa social brasileira os arquivos seguem, via de regra, encarados como “repositórios”, não como objetos da história; enquanto dentro da Antropologia apenas recentemente eles vêm se configurando em um “novo campo” etnográfico de pesquisa.³

Na França em particular, a renovação do interesse sobre acervos privados encontra-se ligada à proliferação de estudos sobre memória e sobre intelectuais. (Prochasson, 1998).⁴ Como já ressaltaram vários autores, tal interesse integra uma reação mais ampla da comunidade de historiadores aos parâmetros clássicos de uma história social que pressupunha o inconsciente nas condutas ao privilegiar a coerência das estruturas. A crítica fez-se acompanhar, no plano metodológico, de uma redução

¹ Em que pese a ligação genética dos arquivos com a atividade historiográfica, a maior parte das análises sobre acervos documentais fora da arquivologia vincula-se à antropologia: vale destacar, além da pioneira dissertação de mestrado sobre o “lixo histórico” do arquivo Filinto Muller, defendida por Luciana Heymann no Museu Nacional, as pesquisas de Olívia Gomes da Cunha sobre o arquivo etnográfico de Ruth Landes e Lígia Segala sobre o arquivo fotográfico de Marcel Gautherot.

² Embora as obras de Foucault, De Certeau e Ricoeur façam dos arquivos um ponto incontornável no campo da epistemologia da História, o marco bibliográfico fundamental aqui, pelo caráter inaugural do arquivo como objeto mesmo da investigação histórica é o lançamento, em 1989, de *Le Gout de l'archive*, obra em que Arlette Farge examina sua experiência como frequentadora de arquivos judiciais.

³ Ver, a respeito dessas lacunas, Cook, 1998, Camargo, 2006; Gonçalves, 2007.

⁴ Michel Trebisch supõe que esse fato advenha da natureza particular das relações entre público e privado entre os intelectuais – singularidade que seria, segundo o autor, correlata à das relações entre o universo da palavra escrita e falada nesses meios. Neles a revelação da intimidade – como a perseguida por Jean Paul Sartre ao divulgar sua “autobiografia falada” – constituir-se-ia em forma privilegiada de intervenção pública, em ato filosófico e político destinado a prolongar o alcance de projetos autobiográficos. (Cf; Trebisch, 2005).

na escala de observação que conferiu um relevo inaudito aos espaços distanciados da “grande história”, como a vida privada de homens e mulheres anônimos. (Levillan, 1996; Chartier, 2002; Ginzburg, 1991; Prochasson, 1998; Gomes, 1998; 2004).

Em tal ambiente, a biografia encontrou condições de resgatar para si a dignidade atacada pelo voluntarismo científico de gerações de historiadores que até os anos sessenta ainda a tomavam como índice do empirismo e da pouca transparência – ou inconsciência mesmo – com que os antecessores haviam operado escolhas intrínsecas à prática historiográfica. (Levillan, 1996). Destituída a autenticidade “natural” das “confidências” e “descobertas” possibilitadas por fontes produzidas na intimidade, abalada a ilusão de integridade e coerência de personagens exaltados como “protagonistas da história” à custa das pessoas “anônimas”, as “escritas ordinárias”, comuns aos arquivos pessoais, adquiriram um estatuto menos seguro, mas certamente mais profícuo. Como as biografias, elas percorreram “o caminho que vai do grupo e da sociedade ao indivíduo no grupo e na sociedade” (Levillan, 1996: 176).

Alzira Vargas, proprietária e mentora do arquivo que se constitui no objeto central desta comunicação, é uma personagem cuja trajetória parece particularmente válida para refletir sobre as interseções entre os domínios do público e do privado, sobre os determinantes da transformação de textos auto-referenciais em patrimônio coletivo e, no limite, sobre as relações entre indivíduo e coletividade. A heterogeneidade e a abrangência dos documentos constantes em seu arquivo dão bem a idéia da centralidade e da repercussão alcançada pela participação da titular na vida política nacional ao longo de quase cinquenta anos, a despeito de seu notório antipartidarismo e de jamais ter ocupado ou se candidatado a qualquer cargo eletivo.

Nascida em São Borja, Rio Grande do Sul em 1914, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, também conhecida como “Alzirinha”, foi uma mulher que escapou aos padrões do tempo em que nasceu. Falecida no Rio de Janeiro em 1992, ela era a terceira dos cinco filhos de Darci Sarmanho Vargas e Getúlio Dornelles Vargas. Em 1939 casou-se com Ernani do Amaral Peixoto (então interventor do Rio de Janeiro), ao lado de quem permaneceu por quase 48 anos, e com quem teve uma filha, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Moreira Franco por casamento. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em

1937 – ano em que, segundo ela própria, começou ser introduzida nos afazeres da política.

No primeiro dos dois depoimentos prestados ao setor de história oral do Cpdoc, em 1979 e 1991, dona Alzira contou ter estudado Direito por sugestão do pai, que era Bacharel, em troca do livre acesso a sua biblioteca. Insinuou-se gradativamente à confiança do Presidente com pequenos favores, primeiro atuando como “o mata borrão” dos documentos que assinava, datilografando documentos, traduzindo e decifrando telegramas. Em breve se tornaria oficial do gabinete presidencial, e além de ficar conhecida como “segunda consciência” do comandante do país, exerceria influência sobre várias outras lideranças partidárias.

Depois de formada, já com a biblioteca a seus cuidados, Alzira foi “promovida” à organizadora do arquivo particular de Vargas, pelo qual permaneceu responsável até 1945. Este arquivo, entendido como um verdadeiro repositório de “verdades”, lhe caberia de herança após a trágica morte paterna, e a ele a filha recorreria para escrever *Getúlio, meu pai*, publicado pela Editora da Livraria do Globo em 1960. O livro, ao mesmo tempo em que encerra um doloroso processo interno de regeneração identitária, inaugura seu ingresso definitivo na carreira de memorialista da era e da família Vargas. A narrativa concentra-se em episódios da vida política e familiar entre o ano de nascimento da autora e o assalto integralista ao palácio das Laranjeiras em 1938. Como indicou Ângela de Castro Gomes (1996), a obra em que tratou de revelar os lances decisivos da política nacional pelo “lado de dentro”, constitui-se no demarcador de uma transformação da maneira pela qual Alzira vinha intervindo no espaço público. Ela é o primeiro indicador da missão a que a filha conselheira se impôs logo após o trágico momento da orfandade - a de se fazer reconhecer se já não mais conselheira, como guardiã da memória do pai-Presidente.

“Até 45, eu organizei o arquivo. Depois, minha vida ficou muito tumultuada. [...]. A primeira vez que tomei conhecimento de fatos, quando papai entregou-me a primeira fornada de papéis, levei um susto. O que era corrente no público era mentira. A verdade estava ali, nos papéis. [...] Então, passei a ler a correspondência com um ano de atraso. Depois de 45, mudei de casa tantas vezes que até para conseguir fugir com aquele arquivo, de quarenta e tantos volumes, nas vistas da polícia, foi uma lenha. Eles estavam

secos atrás do papéis; havia documentos que comprometiam muita gente.” (Peixoto, 1981, p. 13)

Essa reconstituição sumária do caminho que conduziu Alzira de ajudante à confidente e depois à promotora e guardiã da memória de uma das mais importantes personalidades políticas da história do Brasil não recorta senão um detalhe de uma multifacetada existência de setenta e sete anos, especialmente marcada pelas experiências vividas entre os vinte e os quarenta. Na verdade, ela serve para introduzir algumas especificidades do arquivo de Alzira Vargas, ligadas de perto a sua vivência da política e, especialmente, ao espaço ocupado pela guarda documental em sua vida.

De uma parte, a constituição de sua própria coleção textual se inscreve no trabalho característico dos atos autobiográficos, destinados a conferir consistência, coerência e significado à identidade pessoal do praticante e do grupo de referência. (Pollak, 1989). De outra parte, a preocupação, mais do que com a salvaguarda da lembrança, com a “restauração da verdade” sobre a atuação política de Getúlio Vargas é o elemento estruturante da forma particular como Alzira Vargas do Amaral Peixoto, depois da derrocada do pai, oferecendo subsídios à história, continuou a fazer política:

Quanto ao primeiro aspecto, marque-se a importância de se observar o modo e os critérios em uso quando, no ato da transferência ao CPDOC, Alzira releu e reorganizou seus papéis. Ela construiu, na organização dos documentos e em bilhetes “esclarecedores” anexados aos cabeçalhos, uma espécie de metanarrativa. Não por acaso, nas notas anexadas aos registros, a preocupação de Alzira era menos esclarecer o conteúdo ou oferecer informações suplementares (como, p. ex, data e procedência de determinado fato ou documento), do que contar sua posição diante do que ali se encontrava registrado.

Os bilhetes trazem sobretudo recordações da reação assumida em momentos de crise. As frases curtas, insinuantes e imperativas com que reviveu traições e disputas com antigos aliados, ao mesmo tempo em que estabeleciam uma ponte entre dois tempos de si mesma, traduziam o legado que se queria transmitir às gerações futuras, em especial através dos técnicos da instituição herdeira do espólio documental da família. Diálogo cúmplice, na medida em que os termos usados pareciam presumir a existência de uma espécie de “pacto patrimonial” ancorado na

leitura compartilhada do material doado e nos próprios vínculos da instituição em que seriam guardados com sua história familiar.

Registre-se que boa parte do acervo acumulado pelo Cpdoc deve-se às gestões de Celina Vargas Moreira Franco, filha de Alzira, junto aos herdeiros de contemporâneos e auxiliares de seu avô. Autora de trabalhos importantes na área da legislação arquivística, Celina foi a primeira diretora do Cpdoc, órgão expressamente criado para guardar as coleções textuais de Getúlio Vargas. O responsável pela criação dessa unidade da Fundação Getúlio Vargas foi Luís Simões Lopes, velho amigo e correligionário de Vargas, colega de Alzira na Secretaria da Presidência da República, diretor do Dasp entre 1938 e 1945, e presidente da FGV entre 1944 e 1992.⁵

No que diz respeito ao sentido estratégico tomado pela disponibilização dessas fontes, vale recuperar um outro fato significativo: se em um primeiro momento a intenção de desmentir equívocos alimentou as aparições de Alzira nos meios de comunicação, não demorou a surtir o efeito contrário, o afastamento. A resistência a entrevistas e a proverbial desconfiança para com o meio jornalístico, sempre justificada como reação às deturpações e injustiças que teriam sido sistematicamente impetradas pela mídia e pelos governos contra a memória de seu pai, guarda paralelo com a disponibilização controlada do acesso aos arquivos de família aos historiadores. Ela ditou as condições de circulação e influenciou poderosamente sobre a visibilidade social dos acervos.

Ao lado da dimensão estratégica tomada pela acumulação e disponibilização de materiais guardados por Alzira na expectativa de perpetuar memórias familiares, mas também de “revelar” verdades presumidamente ocultas sobre a história política

⁵Veja-se o discurso proferido por Alzira Vargas como membro do conselho curador da FGV, por ocasião do descerramento do retrato de Simões Lopes no aniversário da instituição: “Ambos fomos alunos do Clégio Aldridge, onde parte da FGV funciona. Eu o fui por sugestão dele a minha mãe. [...] A ele coube depois a tarefa de fazer minha inscrição na Faculdade de Direito. Já formada e membro do Gabinete Civil de Getúlio Vargas, como ele, organizamos o temido time infantil do Dr. G. [...] Um dia pinçou Luiz Simões Lopes, que era seu oficial de Gabinete, e lhe disse para organizar o Serviço Público Federal [...] Surgiu enfim a idéia de uma Fundação que, embora guardando uma certa independência, tornasse-se íntima colaboradora do Governo. [...] O nome de Fundação Getúlio Vargas foi a grande tacada de Simões e também a fonte de inúmeros problemas que teve de enfrentar. [...] Por todos estes motivos e muitos outros que só nós dois sabemos acho que é não apenas uma homenagem mas um direito que adquiriu o de ter sua foto ao lado daquele que de certa maneira foi seu segundo pai. Orgulho-me de tê-lo como irmão [...]” Avap/vpu/fgv 1944.12.20

recente do país (história que ela acompanhou de um ângulo privilegiado) (Gomes, 1996), um aspecto relevante para a compreensão da inscrição sócio-histórica dos seus arquivos pessoal e familiar são os processos de certificação social (François, Desjeux, 2000) a que está sujeita a produção de bens culturais e legados. Partindo do princípio de que os arquivos, como as coisas, têm vida social (Appadural, 2005), parece válido nos perguntarmos sobre as práticas e valores que legitimaram a condição patrimonial desses artefatos textuais dignos de serem preservados pela coletividade.

Uma das vias privilegiadas – embora não exclusiva – para a transformação de registros pessoais em documentos históricos é sua inserção em narrativas que detêm um compromisso, de natureza social e metodológica, com a realidade. Neste sentido, tomar os arquivos por objeto de análise pode servir a uma compreensão crítica mais ampla da História, compreendida em sua extensão ontológica e epistemológica, isto é, enquanto disciplina, processo e prática social. A operação presta-se não só para problematizar os diferentes “sentidos da idéia de verdade” constituintes das relações entre história e memória – traduzidos na tensão entre a “verdade dos fatos e a sinceridade do indivíduo” (Gomes, 2004: 14) – mas também para pensar de modo articulado os constrangimentos de ordem técnica e política implicados a nas relações dos historiadores com suas fontes e objetos.

Ou seja, dar conta dos sinais que remetem ao caráter contingente dos arquivos exige pensar sobre a trajetória percorrida pelos conjuntos documentais até chegada à instituição de custódia. Não se trata apenas de avaliar sua importância histórica – que no caso em questão, sempre foi amplamente reconhecida, tanto pelos agentes do Estado, quanto pela mídia e pelos historiadores. Trata-se, sim de observar as diferentes formas de controle de acesso aos documentos, estipuladas em âmbitos distintos: privado e público.

No que diz respeito à conservação dos fundos em ambiente doméstico, também em razão do período de exceção a que sobreviveram, o acesso demandou, por parte de Alzira, não só o trabalho de investigação de confiabilidade dos que manipulavam as fontes, mas também o exame dos textos que os investigadores produziram a partir dessa manipulação. A troca intelectual especialmente com Helio Silva, mas também com outros pesquisadores do arquivo Vargas, como o conhecido historiador e biógrafo Stanley Hilton, era intensa. Alzira opinava sobre os resultados

das pesquisas (artigos, livros, teses, conferências) que lhe eram regamente enviados, e que ela devolvia com anotações à margem. Nesses casos, a avaliação era expressa em termos de “honestidade”. Atuando como mediadora nas polêmicas entre historiadores nacionais e brasilianistas sobre o acesso privilegiado de estrangeiros à documentação privada das elites políticas nacionais, Avap encabeçou uma rede de internacional de troca de informações, recebendo dos pesquisadores cópias tiradas de arquivos dos ministério das relações exteriores do Brasil e dos EUA. Não raro, depoimentos de testemunhas entrevistadas por acadêmicos também foram repassados à Avap. Exemplo disso é Miguel Teixeira, de quem Helio Silva tomou depoimento sobre o suicídio de Vargas em 1977.

Ao final dessas rápidas informações, gostaria de sublinhar que, a despeito do que prega o senso comum, os registros pessoais não têm, quanto à sua qualidade documental, qualquer caráter imanente. O investimento constante de Alzira Vargas no controle da memória histórica fabricada a partir de seus arquivos, a intenção nunca abandonada de “desmentir”, pelo recurso aos documentos familiares, as “falsas” interpretações da imprensa e dos historiadores sobre o Estado Novo e os “ímpetus ditatoriais” de seu pai; a idéia de que a história brasileira tivesse sido roubada das gerações futuras pelos inimigos da democracia e da herança política varguista (entenda-se, UDN e militares); enfim, essa missão de recomposição de uma memória polifônica, concorrencial – e por isso mesmo distinta daquela projetada pelos que compartilharam uma era e um determinado projeto político – define a utilidade do acervo e o “dever de memória” vislumbrado pela titular-herdeira.

Referências bibliográficas:

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2004

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. Edição bilíngüe: português - inglês. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia. História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 2002.

FARGE, Arlette. *Lê Gout de L'archive*. Paris: Seuil, 1989.

FRANÇOIS, Tine Vinje, DESJEUX, Dominique. “L’alchimie de la transmission sociale des objets. Comment réchauffer, entretenir ou refroidir les objets affectifs en fonction des stratégies de transfert entre générations”. In: GARABUAU-MOUSSAQUI, Isabelle et DESJEUX, Dominique. (dir.) *Objet Banal, Objet Social. Les objets quotidiens comme révélateur des relations sociales*. Paris: Harmattan, 2000, pp. 83-116.

GOMES, Ângela de Castro. “Nas Malhas do Feitiço”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, no. 21, pp. 121-127, 1998.

_____. (org.) *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. “A guardiã da memória”. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GONÇALVES, Martina S. Políticas de Arranjo e Descrição em Arquivos Privados Pessoais: o caso do Cpdoc. Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2007. (Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos).

HEYMANN, Luciana Q. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 19, 1997.

HEYMANN, Luciana. *De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de " legados"* . Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.

OSBORNE, Thomas (1999) ‘The Ordinariness of the Archive’, *History of the Human Sciences*. vol. 12, no. 2, pp. 51–64.

PROCHASSON, Christophe. “ ‘Atenção: verdade!’ Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, no. 21, pp. 105-1119, 1998.

TREBITSCH, Michel. “La bouche de la verité. Intellectuels au micro.” *Cahiers de l’Ihtp*. Disponível na web: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php?article236>. Consulta em novembro de 2005.